

A TEOLOGIA DO LAICATO NA AMÉRICA LATINA

Sávio Carlos Desan Scopinho

A presente reflexão trata da "Teologia do Laicato" no contexto latino-americano. A referência para a interpretação do tema são as Conferências Gerais do Episcopado e a Teologia da Libertação. São duas instâncias que, articuladas entre si, apresentam importantes elementos para a compreensão da proposta. Procura-se demonstrar que existe uma "Teologia do Laicato", a partir da realidade específica do continente latino-americano, que se concretiza através do reconhecimento de um "laicato adulto" na Igreja e na sociedade, a partir de uma dimensão libertadora.

O tema começa com a abordagem do Magistério Eclesiástico sobre o laicato, principalmente tendo como referência o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Exortação Apostólica pós-sinodal *Christifideles Laici* (1988). Apresenta também uma reflexão sobre o leigo no episcopado latino-americano, a partir dos documentos finais das quatro Conferências Gerais, realizadas respectivamente nas cidades de "Rio de Janeiro" (1955), "Medellín" (1968), "Puebla" (1979) e "Santo Domingo" (1992). O estudo analisa o resultado das Conferências e suas implicações no contexto eclesial e social. Depois procura compreender o debate teológico latino-americano, tendo como referência a Teologia da Libertação.

Existe também uma reflexão sobre o tema que pode ser encontrada no estudo de, pelo menos, seis teólogos da libertação: Gustavo Gutiérrez, José Comblin, Hugo Assmann, Jon Sobrino, Ronaldo Muñoz e Clodovis Boff. São teólogos que, no conjunto, fazem parte da tendência que considera o *povo-pobre* como sujeito da teologia e da sua própria libertação. Encontra-se ainda a compreensão sobre o laicato na teologia de Juan Luis Segundo, que apresenta uma perspectiva diferente. Ele propõe uma reflexão sobre os principais temas teológicos com a preocupação de desenvolver uma "teologia aberta para o leigo adulto".

Sua interpretação é caracterizada pela tendência que considera o *po-vo-pobre* como *objeto* da misericórdia de Deus e, portanto, como *objeto* da teologia e da sua libertação.

Assim, considerando a pertinência da reflexão teológica apresentada, foram elencados alguns elementos para a elaboração da "Teologia do Laicato", preocupando-se com a visão presente na Teologia da Libertação da América Latina.

1. IGREJA E "LAICATO ADULTO"

Sobre a questão do laicato, assim se expressou o papa João Paulo II na Exortação Apostólica *Christifideles Laici*:

"Às portas do terceiro milênio, toda a Igreja, pastores e fiéis, deve sentir mais forte a sua responsabilidade em obedecer à ordem de Cristo: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura" (Mc 16,15), renovando o seu impulso missionário. Uma grande, empenhativa e magnífica tarefa é confiada à Igreja: a de uma nova evangelização, de que o mundo atual tem tanta necessidade. Os fiéis leigos devem sentir-se parte viva e responsável desta tarefa, chamados como são a anunciar e a viver o Evangelho ao serviço dos valores e das exigências da pessoa e da sociedade" (ChL n. 64).

A Igreja Católica está vivendo as celebrações do *Ano Jubilar* e um novo período da sua história. É um momento de expectativa e, ao mesmo tempo, de perplexidade, exigindo um longo processo de reflexão e ação. O próprio papa manifestou a sua preocupação, quando publicou a Carta Apostólica *Tertio Millenio Adveniente*, em novembro de 1994¹. Nela, entre outras sugestões, apresentou a proposta de um *Sínodo das Américas*, que aconteceu entre os dias 16 de novembro a 12 de dezembro de 1997. Ele já tinha sugerido a sua realização na IV Assembléia Geral dos bispos latino-americanos, em "Santo Domingo"².

⁽¹⁾ Ioannes Paulus pp. II, Epistula Apostolica *Tertio Millenio Adveniente* (10-11-1994), AAS 87 (1995), pp. 5-41.

⁽²⁾ Ioannes Paulus pp. II, Sancti Dominici, ineunte IV generali coetu episcoporum Americae Latinae (12-10-1992), n. 17, AAS 85 (1993), pp. 820-821.

Também a Igreja da América Latina se organizou, enquanto episcopado, principalmente com a realização das quatro Conferências Gerais já mencionadas. A última aconteceu entre os dias 12 a 28 de outubro de 1992, com a preocupação de "se reunir para celebrar Jesus Cristo, para dar graças a Deus por sua presença nestas terras da América, onde há 500 anos começou a difundir-se a mensagem de salvação"³. Juntamente com as Conferências Episcopais, a Igreja latino-americana mostrou-se profundamente dinâmica também em outras instâncias eclesiais. Surgiram as *Comunidades Eclesiais de Base* e uma nova proposta teológica, que se convencionou chamar de *Teologia da Libertação*. Foi um processo de ação e reflexão que começou de maneira mais sistemática na década de 60 e que, diante do novo milênio, se apresenta como um desafio e uma esperança para a Igreja e para a sociedade.

Neste contexto eclesial, que considera a preocupação da Igreja universal, a organização do episcopado latino-americano e a *Teologia da Libertação*, como entender a atuação dos seus membros na complexa realidade sócio-econômica-política e cultural deste final de século? Como, e com que meios, a Igreja pode responder a esta realidade, na qual ela também está inserida? Muitas respostas podem ser apresentadas diante destas questões. Mas, a partir deste quadro, e percebendo que a nova realidade eclesial e social se caracteriza como um momento exigente e desafiador, surgiu a proposta de se refletir sobre essa situação e apresentar uma tentativa de resposta.

Quem são os protagonistas da ação eclesial que terão condições de propor pistas concretas para enfrentar esta realidade? Qual o modelo de Igreja que melhor responde a este novo contexto, caracterizado por uma sociedade eminentemente urbana e pluralista? Como deve ser a relação dos membros da Igreja entre si e na articulação com os demais membros da sociedade? A proposta é enfatizar que somente com a valorização e o reconhecimento de um "laicato adulto" na Igreja será possível um autêntico diálogo com o mundo moderno e a busca de soluções para um verdadeiro processo humanizador da sociedade. Assim, apresentam-se alguns elementos que devem contribuir para a elaboração de uma "Teologia do Laicato", em perspectiva latino-americana, tendo presente a atuação de um "laicato adulto", consciente de sua vocação e missão na Igreja e no mundo.

⁽³⁾ Ioannes Paulus pp. II, Sancti Dominici, ineunte IV generali coetu episcoporum Americae Latinae (12-10-1992), AAS 85 (1993), p. 809.

1.1. antecedentes históricos

O que significa falar de um "laicato adulto"? Quais são os questionamentos que apresenta para a Igreja dentro de sua milenar existência histórica? Quais as implicações para a reflexão teológica e para a própria instituição eclesial?

O termo "leigo" tem uma origem etimológica de raiz grega. Uma interpretação que prevaleceu sobre as demais foi a que define *laós* como um conjunto de pessoas inferiores, que vivem dentro de um determinado grupo social, e que não se relacionam diretamente com o *sagrado*. Esta terminologia gerou uma compreensão dicotômica, a partir do binômio *sagrado-profano*, *sacerdote-leigo*, presente em toda a evolução do cristianismo posterior. Esta idéia, que se fortaleceu na Idade Média, a partir da eclesiologia do *corpo* (entendido como unidade diversificada e hierarquizada, constituída de três ordens: a monástica, a clerical e a leiga), sustentou uma interpretação que entendia o leigo como *alguém* passivo na Igreja. O seu direito era somente de receber os *bens espirituais*, dentro de uma rígida disciplina eclesiástica. O Magistério da Igreja, principalmente com o *Concílio de Trento* (1545-1563), o *Concílio Vaticano I* (1869-1870) e o *Código de Direito Canônico* de 1917, legitimou e oficializou esta interpretação.

Na América Latina a compreensão dicotômica também esteve presente desde o início da colonização. Só que apresentou um elemento novo. O *projeto civilizatório* foi acompanhado por um *projeto de conquista* das novas terras, que se manteve até o início do século XIX, quando ocorreu a emancipação dos estados nacionais. O leigo, com a ausência do clero e do episcopado, que não podiam estar presentes nas diversas áreas do continente, assumiu a condição de protagonista da *cristianização*, dando origem a um *catolicismo de base leiga*. Mas é importante lembrar que sua atuação não questionava os modelos social e eclesial vigentes, sustentados pelo sistema de *padroado*.

Depois, com as transformações do século XIX, ocorre uma nova compreensão do papel do laicato. Numa Igreja preocupada com o processo de *romanização*, a partir da visão de *neocristandade*, o leigo é chamado a se envolver no *mundo secular*, procurando ser uma presença da Igreja nos lugares onde a hierarquia não tinha condições de atuar. E o meio para que esta ação se realizasse foi a *Ação Católica*, que se tornou uma realidade significativa na Igreja da América Latina, a partir

das propostas apresentadas pelos papas Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958). O leigo era visto como um *colaborador* da hierarquia.

Todo este processo de evolução eclesial, com profundas implicações sociais, não estava isento de ambigüidades e contradições, e deve ser compreendido dentro de uma perspectiva dialética e evolutiva. Ele possibilitou o surgimento de novas experiências, principalmente a partir da década de 60.

1.2. a reflexão do Magistério da Igreja

Considerando o contexto mundial, o Concílio Vaticano II (1962-1965) foi o grande evento que marcou a história da Igreja neste século. Com a proposta de dialogar com o mundo moderno, elaborou uma teologia e uma eclesiologia que possibilitaram o surgimento da "Teologia do Laicato". Três documentos conciliares são importantes para a sua compreensão: a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, o Decreto sobre os leigos *Apostolicam Actuositatem* e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Diz a *Lumen Gentium*:

*"Pelo nome de leigos aqui são compreendidos todos os cristãos exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja. Estes fiéis pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo. A índole secular caracteriza especialmente os leigos"*⁴.

A partir desta interpretação ocorreu um desenvolvimento da "Teologia do Laicato", tanto na reflexão dos teólogos de todo o mundo, como do próprio Magistério Eclesiástico no período pós-conciliar, que teve sua expressão mais significativa no *Sínodo dos Bispos* de 1987. Ele refletiu sobre "a missão dos leigos na Igreja e no mundo". E como resultado dos trabalhos sinodais, João Paulo II publicou a Exortação Apostólica *Christifideles Laici*⁵. Foi um processo de evolução eclesial, que possibilitou o reconhecimento da presença do leigo na Igreja e no

⁴ Paulus pp. VI, Constitutio Dogmatica de Ecclesia *Lumen gentium* 31 (30-01-1965), AAS 57 (1965), pp. 37-38.

⁵ Ioannes Paulus pp. II, Adhortatio Apostolica *Christifideles Laici*, AAS 81 (1989), pp. 393-521.

mundo, entendido como um cristão que, pelo batismo, participa do *domínus* sacerdotal, profético e real de Cristo.

Quanto à realidade latino-americana, o referencial são as Conferências Gerais realizadas pelo episcopado. A primeira foi a Conferência do "Rio de Janeiro", em 1955. Apresentou uma retomada das reflexões elaboradas pelo Magistério Eclesiástico. O leigo foi definido como um "*auxiliar do clero*", cuja atuação se realizava principalmente através da *Ação Católica*. A Conferência foi importante, entre outras coisas, pelo fato de criar o *Conselho Episcopal Latino-Americano*, que se tornou um organismo de atuação da Igreja na sociedade.

Em 1968, realizou-se a Conferência de "Medellín". A Igreja assumia a realidade social latino-americana, através de um posicionamento profético e crítico, denunciando as estruturas de pecado e a situação de injustiça presente no Continente. O laicato era apresentado a partir da sua participação nos *movimentos leigos*. Um ponto discutido foi a distinção entre os aspectos funcional e territorial na Igreja. Ela valorizava demais o aspecto territorial, que diz respeito ao mundo rural, esquecendo-se do funcional, mais presente na realidade urbana daquele contexto.

Depois de um processo histórico desafiador e de contradições, tanto eclesiais como sociais, realizou-se a Conferência de "Puebla", em 1979. Ela retomou questões importantes apresentadas por "Medellín" e pela Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI^o. Sua proposta mais significativa foi a "*opção preferencial pelos pobres*" e a expressão "*comunhão e participação*". No que diz respeito ao laicato, o documento conclusivo considerou diversas questões: ele fez uma análise da situação do laicato, apresentou uma reflexão doutrinal a respeito, falou sobre os movimentos apostólicos e os ministérios conferidos aos leigos, refletiu sobre a pastoral do laicato organizado, entre outros.

E, finalmente, depois de um novo período de experiências e desafios, aconteceu a Conferência de "Santo Domingo", em 1992. A preocupação fundamental voltou-se para a *nova evangelização*. Os leigos foram apresentados dentro de um quadro *plurifacial* e chamados a serem os protagonistas da Nova Evangelização, da Promoção Humana e da Cultura Cristã (DSD n. 97).

⁽⁶⁾ Paulus pp. VI, Adhortatio Apostolica *Evangelii Nuntiandi* (08-12-1975), AAS 68 (1976), pp. 5-76.

No que diz respeito às Conferências, é importante ressaltar algumas características. O primeiro é a coerência dos bispos em relação ao que estava sendo refletido pela Igreja universal e pelos discursos dos papas na abertura das respectivas Conferências Episcopais. Eles não apresentaram grandes novidades em relação aos documentos do Magistério Eclesiástico. Apenas fizeram uma atualização para a realidade latino-americana, adaptando as propostas da Igreja universal para o novo contexto. A segunda é que as Conferências não podem ser entendidas sem uma análise do processo histórico que acompanhou as suas respectivas realizações. E, finalmente, as Conferências abriram espaços para novas reflexões e experiências, principalmente teológicas e eclesiológicas. Uma delas foi a *Teologia da Libertação* e as *Comunidades Eclesiais de Base*.

2. A REFLEXÃO TEOLÓGICA LATINO-AMERICANA

A Teologia da Libertação, enquanto discurso racional da fé e expressão de um contexto eclesial e social específicos, procura ser fiel à tradição da Igreja, à Palavra de Deus e ao Magistério Eclesiástico⁷.

Enquanto reflexão contextualizada, ela se depara com novos desafios que exigem respostas adequadas. Mas existem três premissas epistemológicas que a sustentam e sem as quais ela não pode ser entendida. São elas: a opção pelos pobres, a temática da libertação e as comunidades eclesiais de base. A explicitação de cada uma delas é importante para compreender a Teologia da Libertação. E são as bases para entender a problemática do laicato dentro do referencial teológico proposto.

⁽⁷⁾ É importante conhecer o significado da palavra *tradição* para evitar interpretações equívocas a respeito. Sem considerá-la é impossível elaborar uma reflexão teológica que esteja em unidade com o Magistério e com os "sinais dos tempos". Para um aprofundamento a respeito: CONGAR, Y., *La Tradizione e la vita della Chiesa*, Roma, 1983². Também existe uma reflexão a partir da teologia latino-americana: LIBÂNIO, J. B., *Teologia da Revelação a partir da Modernidade*. Depois de refletir sobre a temática da revelação nos Concílios de Latrão IV (1215), Trento (1545-1563), Vaticano I (1869-1870) e Vaticano II (1962-1965), propõe uma interpretação sobre "A Problemática da Tradição" (Ibidem, 387-429).

2.1. A opção pelos pobres

Uma primeira premissa fundamental na Teologia da Libertação é a opção pelos pobres. Para entendê-la é preciso considerar alguns aspectos importantes⁸.

Os pobres são a grande maioria do continente latino-americano. Eles devem ser vistos não como pessoas isoladas, mas como um *coletivo*, que sofre uma situação de injustiça⁹. A partir desta *gritante* problemática social, a Teologia da Libertação propõe a *opção pelos pobres* como critério epistemológico fundamental. Como entendê-la? É uma opção que não exclui outras categorias sociais, mas a exige. Ela não nega a possibilidade de participação das diversas classes sociais, mas coloca como condição a superação das causas que geram a pobreza¹⁰.

Esta opção estaria sustentada apenas por uma orientação sócio-política e econômica? Nesse nível, a Teologia da Libertação não se identificaria com as ciências humanas, sem apresentar um caráter propriamente teológico? Ela utiliza as ciências, principalmente as ciências humanas, para refletir sobre o homem latino-americano e sua situação de pobreza. Mas também considera que a opção pelos pobres tem uma origem e um fundamento bíblicos, sendo uma *opção divina*¹¹.

(8) "- Muitas das grandes corporações transnacionais trabalham com uma perspectiva de "cenário futuro", para o ano 2010, entre 700 milhões e um bilhão de consumidores potenciais, com apreciável poder aquisitivo. Alguns poucos aumentam a cifra da clientela potencial "interessante" para ao redor de um bilhão e meio. Isso numa humanidade de, previsivelmente, 6,5 a 8 bilhões de habitantes. É para esse recorte de clientela que se planeja o "crescimento econômico". Como dá para ver, a "massa sobranete", isto é o número dos "desinteressantes" e "descartáveis", é assustador". (ASSMANN, H., *Crítica à Lógica da Exclusão. Ensaio sobre economia e teologia*, p. 19). Essa situação coloca o problema de "um fato maior" na sociedade atual que é: "[...] a adoção consentida e celebrada como "modernização", de uma férrea lógica da exclusão, que produz e perpetua uma assustadora "massa sobranete" de seres humanos, tidos como economicamente inaproveitáveis e, portanto, objetivamente descartáveis". (Ibidem, p. 20).

(9) PIXLEY, J. & BOFF, C., *Opção pelos pobres*, pp. 19-33. Apresentam uma reflexão sobre os pobres como um fenômeno coletivo, resultado de um processo conflitivo e que, por sua vez, reclamam um projeto social alternativo.

(10) "A opção pelos pobres não se identifica com uma opção de classe, mas a implica". (LIBÂNIO, J. B., *Teologia da Libertação. Roteiro didático para um estudo*, p. 131).

(11) "O pobre é o lugar da história da salvação, porque Deus assim o constituiu por livre escolha e no-lo revelou no povo de Israel e em Jesus Cristo". (LIBÂNIO, J. B., *Teologia da Libertação. Roteiro didático para um estudo*, p. 223).

São duas afirmações importantes para assumir a opção pelos pobres. A pobreza é uma realidade social. No sistema capitalista assume conotações marcadamente conflitivas, sendo apresentada como conseqüência de uma situação de injustiça, de desigualdade e de opressão. E os pobres são os *privilegiados* de Deus, não no sentido de que Deus quer a pobreza, mas no sentido de que Ele reconhece que os pobres vivem uma situação desumana, contrária ao seu projeto de vida¹². Considerando esta afirmação, é importante esclarecer que a opção pelos pobres não é uma originalidade da Teologia da Libertação. Esta procurou sistematizar tal opção, dando-lhe uma dimensão teológica. Na realidade, toda a Igreja é chamada a concretizá-la¹³.

No que diz respeito à problemática do leigo e à opção pelos pobres, depara-se com uma questão importante. Quem é o leigo e quem é o pobre? São os dois uma mesma categoria social e eclesial? Não existe o leigo, que também é pobre? Na Teologia da Libertação esta relação possibilita, pelo menos, duas interpretações diversas. Existe uma proposta teológica que afirma ser o *leigo-pobre* sujeito da sua própria condição eclesial e social¹⁴. E, conseqüentemente, sujeito da reflexão teológica.

Há uma outra posição, que considera o leigo como sendo o cristão de *classe média*, que faz a opção pelos pobres. Esta segunda interpretação diz que o pobre, pela sua situação de pobreza, não é capaz de ser protagonista da história. Ele teria condições de assumi-la, a partir do momento em que fosse superada a sua situação de pobreza. São duas posições que terão implicações teológicas e pastorais diversas, dependendo de qual delas se assume, embora apresentem fundamentos e princípios comuns. Esta diversidade influencia na interpretação e na elaboração da "Teologia do Laicato", em perspectiva latino-americana.

⁽¹²⁾ Sobre a opção pelos pobres: GONZÁLEZ-CARVAJAL, L., *Con los pobres contra la pobreza*, Madrid, 1991²; VIGIL, J. M. (org.), *La opción por los pobres*, Santander, 1991 (textos de: J. SOBRINO, "Opción por los pobres y seguimiento de Jesús", pp. 33-46; L. BOFF, "Opción por los pobres, teología de la liberación y socialismo hoy", pp. 119-133); LEURIDAN, J. & MÚGICA, G., *Por que a Igreja critica os ricos?* São Paulo, 1982.

⁽¹³⁾ PIXLEY, J. & BOFF, C., *Opção pelos pobres*, p. 159.

⁽¹⁴⁾ "Vejo na emergência dos pobres o sinal mais característico para nós que vivemos na América Latina. Os pobres possuem uma força evangelizadora que revolucionará a pastoral e a organização da sociedade [...] Nossa mudança de lugar social é indispensável". (Cardeal D. Aloísio Lorscheider - Entrevista, *Vida Pastoral* 146[1989] 31; em ASSMANN, H., *Clamor dos pobres e "racionalidade" econômica*, p. 9).

Diante desta situação colocam-se vários problemas. O fato é que a própria teologia precisa libertar-se das formas de opressão que muitas vezes legitima. Só assim poderá contribuir para eliminar a opressão e a *desumanização* presente entre os pobres na sociedade atual. É necessário fazer uma opção política prévia, que é a opção pelos pobres e por sua libertação. Ela possibilita uma reinterpretação da própria prática eclesial¹⁵.

Esta proposta teológica, com sua leitura e opção política prévia, levou a repensar a palavra de Deus e a história da Igreja, revendo a maioria dos tratados teológicos. O fato é que os pobres não têm condições de realizar esta tarefa, cabendo a um grupo, que assume esta opção, o desafio de concretizá-la. Mas o que é propriamente a *opção pelos pobres*?

Torna-se necessário explicitar o que se entende pela expressão *opção pelos pobres*. Quem é o *pobre* e porque ele é entendido de maneira diferente pelos teólogos da libertação?

A chave hermenêutica fundamental da Teologia da Libertação é a *opção pelos pobres*. Só existe amor universal, no sentido cristão, na medida em que esta opção é assumida¹⁶. A opção por aqueles que sofrem um processo de opressão possibilita uma leitura evangélica capaz de *desideologizar* a teologia¹⁷. Esse é o papel da teologia - *que deve ser* - da libertação. Ela deve refletir, à luz da fé, a situação de opressão dos pobres e contribuir para que não vivam mais nessa situação de pobreza. Este trabalho só será feito quando o teólogo e a própria teologia assumirem verdadeiramente esta opção¹⁸. Ela se apresenta como *pré-requisito* para a leitura tanto da Bíblia como da realidade.

O pobre é entendido como lugar social, teológico e hermenêutico. Quem quiser refletir teologicamente na América Latina tem que levar em conta esta opção¹⁹. Os pobres são pessoas ou grupos

⁽¹⁵⁾ SEGUNDO, J. L., *¿Qué Mundo? ¿Qué Hombre? ¿Qué Dios?*, p. 42.

⁽¹⁶⁾ Já afirmavam J. Moltmann e J. B. Metz, entre outros teólogos europeus, dentro da perspectiva da "Teologia da Revolução". (ASSMANN, H., *Teología desde la Praxis de la Liberación*, pp. 76-89; SEGUNDO, J. L., *Liberación de la teología*, p. 102).

⁽¹⁷⁾ SEGUNDO, J. L., *Liberación de la teología*, p.101.

⁽¹⁸⁾ L. SEGUNDO, J. L., "La opción por los pobres como clave hermenéutica para entender el Evangelio", *Sal Terrae* 74 (1986) p. 481.

⁽¹⁹⁾ SEGUNDO, J. L., *Teología Abierta. Reflexiones Críticas* (Tomo III), p. 149. O autor afirma que: "la opción por los pobres no es un tema de la Teología de la Liberación, sino la premisa epistemológica para interpretar la palabra de Dios". (ID., "La opción por los pobres como clave hermenéutica para entender el Evangelio", p. 476).

explorados ou oprimidos, que estão completamente destituídos das condições mínimas de sobrevivência. Nesse sentido, não é possível um posicionamento *espiritualizante*. Essa é uma postura presente quando se fala de pobreza evangélica ou de "*opção preferencial pelos pobres*", como aparece no documento de "Puebla"²⁰. Hoje, como no tempo de Jesus, muitos justificam a pobreza como se fosse uma condição necessária para o seu seguimento. Isso, com certeza, não faz parte da sua proposta, quando se entende a pobreza como carência dos bens necessários para a sobrevivência.

Na Conferência de "Puebla", os bispos assumiram a opção pelos pobres como "*opção preferencial pelos pobres*". Diante desta frase é necessário um posicionamento crítico. Existe o perigo de tirar a *conflitividade* do texto com a palavra *preferencia*²¹. A opção pelos pobres não pode negar a *conflitividade*. Até porque o próprio Jesus não deixou de enfrentá-la quando, na sociedade de seu tempo, se deparou com os grupos políticos que não aceitavam a realização do seu projeto de vida. Esta questão é debatida pelos teólogos da libertação, sem que se consiga um consenso a respeito. Os posicionamentos são divergentes no uso do termo *preferencial*. Mas, a opção pelos pobres está presente como pressuposto epistemológico e político em todos os teólogos da libertação e na teologia de muitos teólogos europeus. Ela é uma chave hermenêutica para entender a Teologia da Libertação. O que se pode perguntar é como se assume esta opção. No que diz respeito a ela e à problemática do laicato na Teologia da Libertação, torna-se uma questão de fundo que conduz toda a reflexão²².

(20) SEGUNDO, J. L., *Teología Abierta. Reflexiones Críticas* (Tomo III), p. 119; ID., *Teología Abierta. Dios, Sacramentos, Culpa*, p. 181. J. L. Segundo, fazendo uma crítica ao "documento de trabalho" da Conferência Latino-Americana de Religiosos, coloca a mesma preocupação com relação à pobreza evangélica. Chama Jesus de "artesão de Nazaré", classificando-o como um homem de classe média, segundo a interpretação sociológica atual.

(21) SEGUNDO, J. L., "La opción por los pobres como clave hermenéutica para entender el Evangelio", p. 475.

(22) "Aliás, na caminhada histórica da Igreja em direção dos pobres, muitos leigos anteciparam-se ou associaram-se aos pastores, especialmente os leigos que estavam mais ligados ao trabalho pastoral da Igreja (JUC, JEC, etc). E embora esse setor fosse de extração e de situação social "classe média", acabou assumindo uma prática de classe realmente popular". (J. PIXLEY - C. BOFF, *Opção pelos pobres*, 160).

2.2. A temática da *libertação*

Não existe ciência, enquanto tentativa de compreensão da realidade, que seja *neutra*²³. Partindo deste fato, e considerando que toda reflexão está situada no tempo e no espaço, é sempre necessário fazer uma opção política prévia²⁴. E isto vale também para a teologia. A pergunta que surge é de ordem prática e ética: qual opção política?

A Teologia da Libertação está preocupada com a *libertação* dos pobres, no sentido individual e social. Ela se apresenta como reflexão e sistematização da *práxis libertadora* dos cristãos²⁵. Procurando ser coerente com sua missão, quer contribuir no processo de libertação, apresentando-se numa perspectiva crítica e *autocrítica*.

A Teologia da Libertação, enquanto reflexão sobre a *práxis*, procura ser um discurso sobre Deus na América Latina. O Continente vive um contexto de desigualdade social, gerador de "pobres cada vez mais pobres a custa de ricos cada vez mais ricos"²⁶. Superando uma interpretação que entendia ser o desenvolvimento a solução para este problema, surgiu uma reflexão que mostrou a miséria e a desigualdade como conseqüência de uma situação de opressão, que deve ser eliminada, através de um processo de libertação.

Assim, na reflexão teológica latino-americana surgem as categorias *opressão* e *libertação* como expressões importantes para compreender a realidade social. Também são categorias bíblicas e teológicas, no sentido de que ajudam a compreender o projeto de Deus para a humanidade. Através delas, surgiu a leitura *exodal* como proposta da teologia latino-americana, que prioriza os textos bíblicos sobre a libertação do povo de Israel²⁷. Neste contexto, a reflexão sobre a libertação tem uma conotação social, a partir das ciências humanas, e uma conotação

(23) Toda reflexão que se propõe alcançar o estatuto de ciência enquanto "[...] método de percepção - e isso é tudo que a ciência pode ter a pretensão de ser [...]" (BATESON, G., *Mente e Natureza. A unidade necessária*, p. 36), deve ter uma epistemologia que sustente seu conteúdo. Não há neutralidade na ciência. "La epistemología y la sociología del conocimiento nos han dado pruebas fehacientes de que no existe una escucha total, pura, neutra. Todo conocer comienza con un mundo de valores y experiencias de sentido determinadas. Toda interpretación es circular (o espiral)". (SEGUNDO, J. L., *¿Qué Mundo? ¿Qué Hombre? ¿Qué Dios?*, p. 41).

(24) SEGUNDO, J. L., *Liberación de la teología*, p. 109.

(25) SEGUNDO, J. L., *Teología de la Liberación. Respuesta al Cardenal Ratzinger*, p. 178.

(26) IOANNES PAULUS PP. II, "Eodem die, III Coetum Generalem Episcoporum Americae Latinae aperiens, allocutionem huiusmodi Ioannes Paulus II recitavit" III. 4, AAS 71 (1979), p. 201.

(27) CROATTO, S., *Êxodo. Uma hermenêutica da liberdade*, São Paulo, 1981.

bíblica e *teológica*, a partir da Escritura e da Teologia. Mas, a reflexão teológica latino-americana enfatiza que o discurso sobre a libertação e, conseqüentemente, sobre a própria Teologia da Libertação, deve aparecer como momento segundo da práxis social e eclesial. O momento primeiro é o envolvimento nas próprias lutas de libertação.

Do ponto de vista do Magistério Eclesiástico, a libertação aparece sempre ligada à evangelização, enfatizando que uma não pode existir sem a outra²⁸. Nesta relação entre evangelização e libertação, depara-se com um aspecto difícil de ser resolvido: o pobre é capaz de mobilizar processos de libertação, quando se apresenta numa situação de opressão? É possível fazer da *religiosidade popular* um meio de libertação e de conscientização humana e cristã?²⁹ Como entender as diversas formas de manifestação religiosa presentes no meio popular? Elas conduzem a uma libertação efetiva? São práticas que servem como "freio ou acelerador da libertação?"³⁰ Como situar a reflexão sobre o *laicato adulto* na perspectiva da libertação?

2.3. As comunidades eclesiais de base

Elas tornaram-se um modelo eclesial, no sentido de resgatar valores importantes da proposta cristã³¹. Nelas se estabelece uma relação coerente entre fé e vida, religião e política, indivíduo e sociedade. E se vive o fundamento evangélico das *bem-aventuranças* (Mt 5,3-12), através da prática da caridade, da oração em comum e do seguimento de Jesus.

(28) PAULUS PP. VI, Adhortatio Apostolica *Evangelii Nuntiandi*, 25-39, AAS 68 (1976), pp. 23-30 (cita: 1Jo 3,1.2; Rom 1,16; 8,14-17.29; Ef 2,8; Fl 3,20-21; S. AUGUSTINI, *Epistola* 229,2: PL 33, 1020; LG 48-51; GS 47-52; *Humanae Vitae*).

(29) "Sob alguns aspectos, o discurso religioso popular é modelar para a Teologia da Libertação, de modo que ela deve espelhar-se nele, sobretudo na sua pretensão de atingir o povo fiel simples em vista da libertação". (LIBÂNIO, J. B., *Teologia da Libertação. Roteiro didático para um estudo*, p. 169). O próprio papa, no discurso de abertura da Conferência de "Santo Domingo", faz uma referência a esta preocupação, quando reflete sobre a religiosidade popular. (Cf. IOANNES PAULUS PP. II, *Sancti Dominici, ineunte IV generali coetu episcoporum Americae Latinae* [12-10-1992], AAS 85[1993] p. 817). É possível evangelizar a "religiosidade popular"?

(30) BOFF, L., *O caminhar da Igreja com os oprimidos*, p. 99.

(31) "As comunidades eclesiais de base constituem, sem dúvida, uma das mais fecundas realidades da Igreja latino-americana". (BEOZZO, J. O. [org.], *O Vaticano II e a Igreja Latino-americana*, p. 45). Sobre elas, existe uma vasta literatura: BALDISSERA, A., *CEBs, poder, nova sociedade*, São Paulo 1987; TEIXEIRA, F. L. C., *A gênese das CEBs no Brasil - elementos explicativos*, São Paulo, 1988; ID., *CEBs: bases teológicas*, Petrópolis, 1988; BOFF, L., *E a Igreja se fez povo - Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*, Petrópolis, 1986; LEORATO, M., *CEBs, gente que se faz gente na Igreja*, São Paulo, 1988; "Comunidades Eclesiais de Base: Uma realidade eclesial construída pelo Povo", *SEDOC 14* (1981/82), pp. 86-91; RIBEIRO DE OLIVEIRA, P. A., "A autoconsciência eclesial do leigo nas CEBs", *REB 43* (1983), pp. 513-532.

As comunidades eclesiais de base se apresentam como uma premissa eclesial e teológica fundamental para compreender a Teologia da Libertação na América Latina. Elas devem ser o *lugar* onde o cristão vive a sua fé e se insere nos movimentos de libertação. O seu surgimento se deu no momento em que a Igreja começou a se envolver mais efetivamente no processo social, assumindo a causa dos pobres. Este processo tem como referência a década de 60, quando foram se fortalecendo e adquirindo diferentes expressões, de acordo com a realidade e o contexto de onde surgiam³². Com expressões próprias em cada lugar, as comunidades eclesiais de base se apresentavam como um verdadeiro espaço eclesial, possibilitando uma *evangelização inculturada*³³. Através das características da cultura local - com suas tradições populares, festas, atos religiosos -, propõe o Evangelho, tornando-se sujeito privilegiado da evangelização.

As comunidades eclesiais de base foram incentivadas e assumidas pelo Magistério Eclesiástico e pelos bispos da América Latina³⁴. Foram reconhecidas, enquanto *comunidades*, como lugar de

(32) FERNANDES, L., *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*, Petrópolis, 1984; TEIXEIRA, F. L. C., "As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: traços explicativos de sua gênese", em DUSSEL, E. (org.), *Historia Liberationis*, p. 566.

(33) AZEVEDO, M., *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé. A realidade das CEBs e sua tematização teórica na perspectiva de uma evangelização inculturada*, São Paulo, 1986.

(34) A expressão *Igreja dos pobres*, utilizada por João XXIII, foi importante neste sentido. (IOANNES PP. XXIII, Nuntio Radiophonico *Universis catholici orbis christifidelibus, mense ante quam Oecumenicum Concilium sumeret initium* [11-09-1962], AAS 54 [1962], p. 682). Alguns documentos do Concílio Vaticano II também apresentaram uma abordagem a respeito: cristologia do Cristo pobre, norma e modelo da *Ecclesia pauper* (LG 8, AG 5); *Ecclesia pauperum* (LG 23); Conselhos evangélicos (LG 42, 46); na análise fenomênico-crítica da situação de pobreza no mundo (GS 1, 9, 20, 27, 63). Foram temáticas importantes, que ajudaram no crescimento das comunidades eclesiais de base na América Latina. A expressão *Igreja dos pobres* foi empregada também por: IOANNES PAULUS PP. II, *Litterae Encyclicae Laborens Exercens* 8, AAS 73 (1981), pp. 594-598. E na América Latina: Documento de "Medellín" - 1968, XIV (*Pobreza na Igreja*); Documento de "Puebla" - 1979, nn. 27ss, 1140, 1141, 1142, 1145ss, 1156, 1158; Discurso de abertura da Conferência de "Santo Domingo: "En continuidad con las Conferencias de Medellín y de Puebla, la Iglesia reafirma la opción preferencial por los pobres" (IOANNES PAULUS PP. II, Sancti Dominici, ineunte IV generali coetu episcoporum Americae Latinae, n. 16 [12-10-1992], AAS 85 [1993], p. 819); Documento de "Santo Domingo" - 1992, nn. 178-180, 275, 296, 302; PASTOR, F. A., "Optio praecipua pauperum", *Periodica* 81 (1992), pp. 319-346. São textos que relacionam a Igreja com a opção pelos pobres, que culminou com a expressão *Igreja dos pobres*, sendo muitas vezes identificada com as comunidades eclesiais de base. Textos específicos sobre elas: PAULUS PP. VI, *Adhortatio Apostolica Evangelii Nuntiandi* 58; Documento de "Puebla" - 1979, nn. 640-641, 648; CNBB, *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*, 91-94 (n. 208, onde se apresentam alguns desafios). IOANNES PAULUS PP. II, *Litterae Encyclicae Redemptoris Missio* 51, AAS 83 (1991), p. 298. Sobre a solidariedade com o pobre: *Ibidem*, 60, AAS 83 (1991), pp. 308-309.

encontro e de solidariedade. Enquanto *eclesial*, manifestando uma verdadeira experiência de Igreja. E, *de base*, enquanto expressa uma prática de convivência, sustentada nas relações primárias de solidariedade e de partilha³⁵. Elas contribuíram para a renovação de várias práticas na Igreja, tanto a nível ministerial e litúrgico, como na sua relação com o mundo.

Nesta renovação, um destaque importante é a efetiva participação do laicato, enquanto protagonista da ação eclesial e social, sendo reconhecida como um espaço do "*catolicismo de base leiga*"³⁶. Mas como se concretiza essa participação do leigo na comunidade? Quem são os membros que fazem parte desta experiência? São a grande maioria dos pobres, ou um grupo que não se identifica *com* eles, mas que faz uma opção *por* eles? Nas comunidades não existe uma diferença entre o discurso e a prática social e religiosa? Não são os animadores, ou coordenadores, que têm mais consciência da necessidade da Igreja se inserir nas lutas de libertação? Não estaria o povo, entendido como a maioria da população carente, alheio aos problemas colocados pelos agentes das comunidades? O povo não procura apenas resolver os seus problemas, indo ao encontro de soluções *urgentes e imediatas*? Como compreender a relação entre as comunidades, a religiosidade popular e os movimentos de libertação? Estas são algumas questões que não podem deixar de ser consideradas para a elaboração da "Teologia do Laicato", em perspectiva libertadora, tendo como referência o *laicato adulto*³⁷.

Outro aspecto importante a ser considerado é que o fundamento das comunidades eclesiais de base é o próprio Jesus Cristo³⁸. Assim, na América Latina surge uma cristologia a partir dos

(35) Outro aspecto utilizado como referência para a compreensão das comunidades eclesiais de base são as quatro notas da Igreja: una, santa, católica e apostólica. As notas foram apresentadas no Concílio de Constantinopla, no ano de 381. (SOBRINO, J., *Resurrección de la verdadera Iglesia. Los pobres, lugar teológico de la eclesiología*, pp. 114-116).

(36) RIBEIRO DE OLIVEIRA, P. A., "A posição do leigo nas comunidades eclesiais de base", *SEDOC 9* (1976), pp. 286-291. Textos relacionados ao tema: ID., "O catolicismo tradicional do povo" (*Ibidem*, 291-295); Pereira, A. S., "Participação dos Leigos nas Decisões da Igreja. Consciência e práxis das CEBs (V)", *REB 51* (1991), pp. 65-84; IOANNES PAULUS PP. II, "Mensagem aos líderes das Comunidades de Base do Brasil", *SEDOC 13* (1980), pp. 269-272; GOMES, P. G., "A Autoconsciência Eclesial do Leigo nas CEBs", *REB 43* (1983), pp. 513-532.

(37) Documento de Santo Domingo - 1992, n. 103.

(38) SOBRINO, J., *Resurrección de la verdadera Iglesia*, p. 104. O autor faz uma distinção entre o modelo de Igreja "grande instituição" e "rede de comunidades": *Ibidem*, pp. 138-142. Sobre esta mesma temática: MUÑOZ, R., "La funzione dei poveri nella chiesa", *Concilium 13* (1977), pp. 546-557.

pobres, que não deixa de se sentir desafiada pelas questões apresentadas acima.

Pergunta-se pela importância de Jesus para a América Latina. Ele ainda interessa aos pobres do Continente? Em que sentido? Essa preocupação fez com que se resgatasse a figura do *Jesus histórico*. Como ele se relacionou com os grupos judaicos de seu tempo? Com a classe rica do clero e da aristocracia leiga? Com os *escribas*, considerados os doutores da lei; ou com os *fariseus*, que faziam parte de um movimento de orientação leiga e *anti-sacerdotal*? Com a "comunidade da aliança", chamada de *essênios*? Ou com o grupo dos *zelotas*?³⁹

Esta temática é importante por mostrar que Jesus não tinha a preocupação em resolver o problema da relação entre sacerdócio e laicato, mas sua preocupação era de denunciar o que não estava de acordo com o projeto de justiça, proposto pelo Deus do Reino e pelo Reino de Deus. Isto implica na necessidade de se fortalecer a opção pelos pobres, como critério evangélico da prática cristã, tendo como ponto de partida a vivência da fé em comunidade, visando a libertação integral da pessoa humana.

CONCLUSÃO

A Igreja assumiu um sério compromisso consigo própria e com a sociedade, a partir da valorização dos cristãos leigos e leigas. Eles são chamados a serem uma presença atuante em vários campos da vida eclesial e social. A realidade eclesial apresenta muitas iniciativas que confirmam a importância dada pelo Concílio Vaticano II ao tema, sendo concretizados vários projetos nos diferentes níveis, principalmente eclesiais e, também, políticos e sociais.

Considerando a realidade brasileira, o processo de participação e conscientização dos leigos e leigas cristãos acompanhou os avanços conciliares e a reflexão teológica desenvolvida na América Latina. Foi um processo cujas raízes podem ser encontradas através de iniciativas como a *Ação Católica especializada* (principalmente, a *Juventude Universitária Católica - JUC*). Mas, sem desconsiderar toda a evolução deste processo é necessário fazer um *corte* na história e

⁽³⁹⁾ ECHEGARAY, H., *A Prática de Jesus*, Petrópolis 1990³, pp. 69-109.

apresentar alguns aspectos importantes, que caracterizam o momento atual, quanto à reflexão sobre o laicato no contexto brasileiro.

Nos dias 22 de abril a 1^ª de maio de 1998, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizou a sua 36^a Assembléia Geral. O tema central, que norteou o maior tempo da Assembléia, foi a questão do laicato e sua participação na Igreja e na sociedade. Com o tema - *Missão e ministérios dos leigos e leigas cristãos. O serviço à vida e à esperança* -, os bispos procuraram refletir sobre o papel e a forma de participação que têm os cristãos leigos e leigas na realidade eclesial e social⁴⁰.

Foi elaborado um texto provisório, cuja aprovação oficial aconteceu somente na 37^a Assembléia Geral de 1999, com a redação definitiva - *Missão e ministérios dos leigos e leigas cristãos* (Documentos da CNBB - n. 62) -, apresentando a mesma estrutura do texto anterior.

O futuro da Igreja passa pela participação e conscientização do laicato, que é chamado a evangelizar com renovado ardor missionário, superando toda forma dicotômica e autoritária de poder na Igreja. Na eclesialidade do *Povo de Deus* não existe lugar para posturas sectárias e individualistas. Todos são chamados, a partir do compromisso batismal, a "construir" uma Igreja cada vez mais solidária, na qual se manifestem verdadeiras posturas de comunhão e participação. Uma Igreja que seja sinal da presença de Deus no mundo. Mas, para que esse ideal se concretize torna-se necessário um *laicato adulto*. Chegou o momento de unir as forças e trabalhar para a realização deste projeto comum. O documento apresentado, como todos os demais elaborados pelo Magistério Eclesiástico, se propõe a ser uma iniciativa neste sentido.

⁽⁴⁰⁾ O fruto deste trabalho foi a elaboração de um documento, cujo título é o mesmo do tema apresentado, e que foi publicado na coleção *Estudos da CNBB*, n. 77. O texto apresenta um conteúdo provisório, e procura aprofundar a questão da missão e dos ministérios conferidos aos leigos(as), considerando o contexto brasileiro. Tendo como referência a reflexão conciliar e os documentos episcopais latino-americanos (*Medellín, Puebla e Santo Domingo*, principalmente), propõe um estudo a partir de três momentos: a) desafios e sinais dos tempos (VER); b) a missão do povo de Deus (fundamentos teológicos: JULGAR); c) comunidade em missão (diretrizes para a evangelização: AGIR). Merece destaque a reflexão teológica e magisterial. Ela reflete sobre questões importantes, relacionadas às idéias de *missão* e de *Povo de Deus*, retomando a compreensão conciliar (*Lumen gentium*, cap. II). Também apresenta a Igreja numa perspectiva de comunhão e toda ministerial.

Ainda com respeito à "Teologia do Laicato", é necessário saber que muita coisa precisa ser desenvolvida, tanto no aspecto teológico, quanto nos aspectos eclesial e pastoral. A prática da Igreja apresenta desafios que precisam ser enfrentados. Muitos elementos devem ser analisados, avaliados e aprofundados. A questão do laicato é um deles; só quando houver uma verdadeira e profunda compreensão desta temática, relacionando-a com a teologia da América Latina, de modo particular, a Igreja terá condições de enfrentar os desafios do mundo atual, com serenidade, competência e espírito de solidariedade, principalmente para com os mais pobres da sociedade.

***O Prof. Sávio Carlos Desan
Scopinho é Doutor em Teologia
Sistemática pela Pontifícia
Universidade Gregoriana de Roma
e Professor de Teologia no ITCR da
PUC-Campinas.***

E-mail: sabaras@uol.com.br